



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Para oportunizar às crianças de famílias de baixa renda, principalmente, é inerente aos cuidados da Secretaria de Assistência Social, para que estas também sejam contempladas com um presente natalino, mesmo que por vezes simbólicas individualmente, mas que, alegrem-se em épocas festivas e que marcam as vidas, até mesmo com potencial de impactar no desenvolvimento social destas crianças.

Outro sim, os festejos natalinos, são tradicionais e ansiosamente aguardados pelas crianças, de modo que a presença do governo municipal de modo a garantir que todas as crianças sejam atendidas com uma pequena lembrança é imperativo, além de necessário ao bom desenvolvimento emocional das crianças.

Também se destaca que este procedimento, está amparado na execução da Lei nº 1.009/2021, que autoriza o poder executivo a promover o Programa Natal para Todos, limitando e estabelecendo os critérios de aplicação dos recursos.

2. ALINHAMENTO COM PCA

Este procedimento, está previsto no PCA 2023/2024, conforme publicação em:

<https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras-2023-2024>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.
- d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.
- e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.
- f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Conforme descritos no TR.

PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

- Os bens ou serviços, objeto desta licitação, deverão ser entregues, sem ônus de entrega, de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de São Jorge D'Oeste/Pr.
- A Contratada deverá atender à Solicitação da Secretaria, no prazo máximo estipulado no TR, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos ou serviços e confirmação por e-mail ou contato telefônico.
- Os prazos podem ser prorrogados uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

- a. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Requisição de Compra/Nota de Empenho/Ata de Registro de preços.
- b. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto,



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

- c. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS PELA CONTRATADA

Deverá atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, nos quantitativos solicitados e no prazo de entrega ajustado em edital. Observa-se que a contratada deverá entregar os produtos em perfeitas condições de embalagem, sem amassados e rompimentos ou rasgos, de modo a garantir a apresentação do produto e da sua integridade, completude e ausência de contaminantes.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Os produtos/serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes (de acordo com cada item). Na entrega serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição no edital, bem como estado de conservação dos produtos e embalagens. Todos os produtos/serviços serão recebidos e conferidos por servidores designados da Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste.
- Deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- Deverá manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Foram analisados os relatórios de cadastramento das crianças, as que frequentam as escolas municipais, as que são atendidas pelo CRAS, aquelas em cadastro das agentes de saúde e ainda, as crianças que estão matriculadas nas creches municipais. A este quantitativo, admitiu-se um sobressalente de 10 %, com vistas a possibilidade de estarem presentes crianças em trânsito, férias em casas de parentes, ou ainda a possibilidade de não constarem nos registros de controle das Secretarias envolvidas no Programa.

Este relatório, deverá compor a documentação final de comprovação dos gastos em situação de finalização do programa.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Assim, estima-se a necessidade de contratação de 1.700 unidades de caixas de bombom de 250g cada uma.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizada pesquisa de preços diretamente em empresas que disponibilizam este produto a pronta entrega, bem como para melhor adequação dos preços, buscou-se informações de mais 3 (três) contratações na Plataforma Banco de Preços.

Foi adotado critério de apuração de **menor preço** entre os orçamentos, conforme Mapa de Apuração e orçamentos em anexo.

Município de SÃO JORGE D'OESTE Estado do Paraná													
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS DA PESQUISA DE MERCADO													
OBJETO: CAIXA DE BOMBOM													
COTACÃO		NOME DA EMPRESA						CNPJ		Observação			
COTACÃO 1		OTIS DISTRIBUIDORA LTDA						47.641.174/0001-05		24/10/24			
COTACÃO 2		IARA MARIA BASSEGHI LTDA						10.809.818/0001-03		31/10/24			
COTACÃO 3		ARDEIDE CESARO E CIA LTDA						01.973.331/0001-70		28/10/24			
COTACÃO 4		PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS						07.797.967/0001-95		24/10/24			
COTACÃO 5		PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS						07.797.967/0001-95		24/10/24			
COTACÃO 6		PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS						07.797.967/0001-95		24/10/24			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE.	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	COT 6	Menor Preço	Maior Preço	MÉDIA SIMPLES	Valor Global
1	Caixa de bombom peso mínimo 250 gramas, contendo no mínimo 14 unidades de bombom embalados individualmente. Produto de 1ª qualidade. Prazo de validade não inferior a 90 dias da data de entrega. Produto acondicionado em embalagem de presente atípico no período natalino. Marca sugerida: Nestlé, ou outra de igual ou superior qualidade.	UNID	1700	13,09	15,80	15,80	13,46	13,27	14,80	13,09	15,80	14,37	22.253,08
RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: PAULO DE ARTE													22.253,08
OBS: FOI REALIZADA PESQUISA DE PREÇOS EM EMPRESAS SITUADAS NO MUNICÍPIO E EM PATO BRANCO NO ESTADO DO PARANÁ E PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS E FOI ADOPTADO CRITÉRIO DE APURAÇÃO DE MENOR PREÇO ENTRE OS ORÇAMENTOS.													
São Jorge d'Oeste, 31 de OUTUBRO de 2024.													
APROVAÇÃO:													
[] COMPRA DIRETA													
[] CONTRATO													
[] LICITAÇÃO													
[Assinatura]													

Os produtos em questão a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 20 da Lei 14.133/2021. Possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado.

Para este tipo de produto, existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado, por isso, entende-se que o Pregão Eletrônico para Registro de Preços é a modalidade selecionada como a mais viável, caso em que até a data efetiva do evento, será possível a readequação do quantitativo, para que represente o mais real possível.

Identificação das soluções:

Para a contratação do referido objeto vislumbramos como solução:

A contratação de empresa (s) através de processo licitatório que disponibilize e forneça os produtos ora licitados, em tempo da ocorrência das festividades natalinas programadas a acontecer a partir das 16h do dia 14 de dezembro de 2024.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor máximo para a contratação de **R\$ 22.253,00** (Vinte e dois mil e duzentos e cinquenta e três reais).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Entendemos que a aquisição dos produtos de que trata o referido objeto deve ser através de **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços**, com entrega à cargo do fornecedor, como solução que suprirá as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Com a contratação de empresa para fornecer o objeto, além de atender ao compromisso da Secretaria de Assistência Social, garante os cuidados, o tratamento carinhoso, o desenvolvimento saudável e emocional das crianças, ainda, o gesto de bondade e compartilhamento, que já é implícito ao motivo da comemoração.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A disputa deverá ser realizada por Item, visando a ampla disputa e economicidade para o Município.

A execução dos serviços poderá ser realizada de forma fracionada, conforme necessidade e solicitações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a referida contratação, espera-se que sejam atendidas as crianças, sem considerar suas condições sociais, apenas limitadas as condições impostas na lei a que se baseia o Programa Natal para Todos. Espera-se com isso, equilibrar a alegria e o contentamento entre as crianças do nosso Município, e fortalecer o ideal de bem comum.

Quanto à contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação. Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Pretende-se com a formação do Registro de Preços, obter um mecanismo ágil e seguro para que a aquisição seja realmente no quantitativo suficiente para atender a todas as crianças, sem sobras excessivas do produto. Caso isso ocorra, os produtos que restarem, deverão ser direcionados as crianças atendidas pelo CRAS em seu Programa de Convívio Social.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
 - b) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
 - c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

Cabe a Secretaria responsável descrever no TR o que mais julgar necessário para a presente contratação.



MUNICÍPIO DE **SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

13. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Concluimos pela viabilidade e necessidade da contratação do referido objeto.

São Jorge D'Oeste/PR, 04 de novembro de 2024.

Jonica Maria Caetano
Responsável pela Elaboração do ETP
Decreto nº 2.529/2023